

MÁRCIO MOREIRA ALVES

## Sem acordo não votam nada

• 6 JAN 1994

**O**s corredores dos passos perdidos do Congresso estavam, na terça-feira, primeiro dia político do ano, mais despovoados que o miolo de Atacama, lugar que tem a fama de ser o mais deserto do mundo. Passavam, vagarosos, um que outro funcionário em busca do que fazer, repórteres frustrados na sua sede de fontes, vagos parlamentares de Estados tão longínquos que são obrigados a se transferir para Brasília de mala e cuia. Vazios permaneceram os plenários de ambas as casas. A atividade que havia, concentrava-se em dois pontos: no Senado, na sala de reuniões da CPI do Orçamento, onde uns quarenta senadores e deputados gastavam horas, com a prolixidade de quem se julga dono do tempo, na discussão sobre as modalidades de inquirição dos 24 depoentes que deverão ainda ser ouvidos; na Câmara, na sala da comissão encarregada de dar parecer sobre a proposta anti-inflacionária do ministro Fernando Henrique.

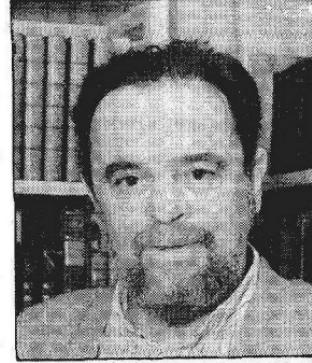
A idade muda a escolha dos pecados. A luxúria e a ira da juventude cedem lugar à gula da maturidade, substituída pela preguiça da velhice. A atual legislatura, com somente mais um ano pela frente, está velha. Logo, preguiçosa. Está, também, desesperada. Segundo estatísticas ameaçadoras, brandidas pelo deputado Vital do Rego (PDT-PB) no gabinete do presidente da Câmara, o índice de renovação esperado nas eleições de novembro será de 87,2%. Em outras palavras, apenas 12 de cada 100 parlamentares podem alimentar esperanças de continuarem na profissão. Sabendo disso, muitos começam a arrumar outro ofício, cavando uma promessa de nomeação estadual, pensando em uma consultoria empresarial, ou procurando remontar escritórios, consultórios ou bancas de advocacia. Desinteressam-se completamente pelos trabalhos legislativos.

O baixo-clero está em greve não declarada. Comparecer a Brasília, só em último caso.

Conhecedor como ninguém

das fraquezas de seus colegas, Inocêncio de Oliveira procura maneiras de garantir as votações deste início de ano. Ontem reuniu os líderes partidários na tentativa de montar uma Comissão de Justiça que funcione. Os seus membros atuais, que devem ser substituídos este ano, não revelaram nem assiduidade nem competência dignas de nota. Ao contrário. Os líderes tiveram dificuldades para conseguir as presenças necessárias ao envio a plenário dos pedidos de cassação dos três deputados envolvidos na compra e venda de filiações partidárias. Há pilhas de projetos à espera de decisões da comissão para serem incluídos nas pautas de votação.

O objetivo de Inocêncio é conseguir das lideranças o compromisso de só nomear para a comissão quem dela realmente deseja fazer parte e prometa comparecer às reuniões. Procura, com isto, defender a abalada imagem da Câmara, viabilizando a aprovação do Orçamento, o julgamento dos acusados de falta de decoro pela CPI, e, sobretudo, o andamento da revisão constitucional. Em relação ao Orçamento, é favorável a que se conce-



■ Márcio Moreira Alves é jornalista

### A idade muda a escolha dos pecados. A luxúria e a ira cedem à gula e depois à preguiça

da tudo o que Fernando Henrique pediu, menos o que seja inconstitucional, como a inclusão como receita de um fundo social que ainda não foi criado e talvez não o seja.

O que pode ser feito em votações ordinárias, através dos votos das lideranças dos partidos majoritários, haja ou não número regimental em plenário, não pode acontecer na revisão da Constituição. As votações para mudar a Constituição têm, obrigatoriamente, de ser nominais. Ninguém vota por ninguém. Em consequência, ou a maioria coloca 293 parlamentares em plenário, o que atualmente parece duvidoso, ou tem de fazer um acordo com a minoria para que os seus parlamentares não se retirem.

Com a maré de desinteresse que varre as bancadas conservadoras, as mais ameaçadas de cassação pelo eleitorado, ou a maioria se compõe com a esquerda ou não se vota revisão alguma.